

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Journal do Brasil

Class.:

135

Data:

26.10.88

Pg.:

Policiais federais e funcionários da Funai vão procurar cacique

CUIABÁ — Atendendo à reivindicação dos índios suruí que na segunda-feira ocuparam a sede de sua administração regional em Pimenta Bueno (RO), a Funai enviou ontem uma equipe de funcionários e três agentes da Polícia Federal para tentar localizar o cacique Iamine, desaparecido desde o dia 16, quando ocorreu um conflito com peões de empresas madeireiras na área indígena zoró em Aripuanã, no extremo noroeste de Mato Grosso. Junto com os funcionários da Funai e agentes federais seguiram dois filhos de Iamine. O também cacique suruí Itabira, que participou da ocupação da sede da Funai em Pimenta Bueno, disse ontem que, com a chegada dos policiais federais, os índios devem voltar a suas aldeias e "esperar para ver o que vai acontecer".

Itabira disse também, que os suruí querem não só encontrar Iamine — vivo ou morto —, mas também que a Polícia Federal identifique e prenda os brancos envolvidos no tiroteio durante o qual desapareceu o cacique.

O sertanista Apoena Meireles, que trabalhou com os índios zorós, suruí, cintas-largas araras e gaviões e presidiu a Funai entre novembro de 85 e maio de 86, criticou a participação da fundação em contratos de exploração de madeira nas reservas indígenas.

— Se você for fazer as contas, não saberá onde foi parar o dinheiro arrecadado através desses contratos. Os contratos previam, em favor das comunidades indígenas, apenas a prestação de serviços pelas madeireiras, como a construção de estradas. Ora, eu pergunto: se as madeireiras, para extrair as madeiras das reservas, tinham que construir estradas de acesso, então por que colocar a construção dessas mesmas estradas como parte do pagamento das madeiras? — questionou Apoena, um dos primeiros a denunciar os contratos firmados pela Funai.

"Em condições excepcionais, se a comunidade indígena estiver totalmente sem recursos, eu até aprovaria a venda de madeiras, mas depois de uma ampla discussão com todas as entidades ligadas à questão. Infelizmente, com a estrutura de poder que nós temos, isso seria muito perigoso", acrescentou Apoena.